

A IMPRENSA FEMININA: NORMATIZAÇÃO DA CONDUTA FEMININA NOS JORNAIS PARA MULHERES (BAHIA, 1860-1917)

LINA MARIA BRANDÃO DE ARAS *
SIMONE RAMOS MARINHO **

RESUMO

A imprensa feminina na Bahia da segunda metade do século XIX e início do XX explicitou um discurso pedagógico que procurou normatizar as condutas femininas, orientando o comportamento que deveriam seguir. O modelo feminino divulgado estava de acordo com o ideal da mulher mãe-esposarainha do lar que a sociedade da época desejava consolidar. Nas páginas destes jornais, percebem-se as tensões das relações entre os gêneros, uma vez que se começava a questionar o lugar social ocupado pela mulher. Por isso, avalia-se esta imprensa ainda como espaço de emancipação, em virtude de a mulher ter colaborado com sua escrita, ou seja, além de leitora ela foi também editora e escritora nesta imprensa.

Palavras-chave: imprensa; mulheres; relações de gênero.

ABSTRACT

The female press in Bahia in the second half of the nineteenth and early twentieth century's explained a pedagogical discourse that sought standardize the female behavior, guiding the behavior that should follow. The female model released was according to the ideal of woman mother-wife-home's queen, that the society of the time wished to consolidate. In the pages that newspapers, perceives the tensions of genders relationship, since it was started to question the social position occupied by woman. Therefore, evaluates this press still like space of emancipation, due to the woman have collaborated with the writing,

* Doutora em História pela Universidade de São Paulo

** Mestre em História pela Universidade Federal da Bahia

means, plus reader she was too editor and writer in this press.

Key-words: press; women; relationship of genders.

Até meados do século XIX, os grandes feitos da humanidade foram privilegiados pela narrativa histórica. A ação dos homens “notáveis” era a considerada digna de ser registrada, em detrimento dos menos conhecidos que, na melhor das hipóteses, figuravam como coadjuvantes do processo histórico. Esta foi a perspectiva adotada pela historiografia tradicional e pela positivista que a partir de uma visão androcêntrica acabou por negligenciar a participação dos demais sujeitos da história. Um longo percurso foi trilhado pela historiografia desde aquela época, o que se faz sentir pelas inúmeras contribuições incorporadas ao terreno historiográfico. As inovações trazidas ao campo não só alargou o próprio conceito de história, como abriu novas perspectivas de investigação. Neste sentido, foram elaborados novos métodos para abordar novos objetos e sujeitos. A ampliação deste olhar, portanto, permitiu que pudéssemos perscrutar as vivências femininas, até então omitidas pela historiografia oficial.

No âmbito deste trabalho, adotamos um ponto de vista que leva em consideração mais os aspectos sociais do que as reduções ao biológico. Contra a naturalização dos papéis sociais atribuídos a cada um dos sexos, propõe-se a utilização do termo gênero, o qual permite não só uma rejeição às oposições binárias fixas e naturalizadas, como também trabalhar com relações e “perceber por meio de que procedimentos simbólicos, jogos de significação, cruzamentos de conceitos e relações de poder nossas referências culturais são sexualmente produzidas.” (RAGO, 1995: p. 88).

Quem sugere o emprego da categoria gênero é a historiadora norte-americana Joan Scott (1992) a partir da qual discute a diferença sexual e analisa o modo como as hierarquias do gênero são construídas e legitimadas. Ao rejeitar o determinismo biológico, o termo mostrou-se útil para introduzir o aspecto relacional das definições normativas de feminilidade. Scott associa, ainda, o gênero à análise foucaultiana do poder e dos

discursos, com o objetivo de ampliar os conhecimentos sobre a diferença sexual que é, a seu ver, eminentemente cultural. Dessa forma, o gênero é pensado como “uma das mais críticas configurações de diferenciação na cultura e na sociedade”, categoria que completa qualquer relato de diferença e unidade. (HUNT, 2001: p. 23-24).

As mulheres foram excluídas da historiografia do século XIX em parte devido à documentação utilizada pelos positivistas, que consideravam apenas as fontes diplomáticas, administrativas e militares. Por isso, procuramos a partir dos registros históricos do passado feminino, descortinar este universo, buscando como informa Soihet (1997: p. 296) usar “da criatividade, na busca de pistas que lhes permitam transpor o silêncio e a invisibilidade que perdurou por tão longo tempo neste terreno”.

A imprensa feminina constitui-se num espaço privilegiado para que possamos desvendar esse universo. Os periódicos antigos destinados ao *bello sexo* ajudam a revelar não só o lugar que lhe era reservado naquela sociedade, mas, principalmente, o grau de conscientização das mulheres cultas quanto ao papel que ocupavam na mesma. Propomos, então, estudar mulheres da classe dominante, por isso precisamos relativizar e redimensionar seu papel em vista de uma ideia preconceituosa a elas associada – submissa, dócil, rebelde – tão amplamente divulgada.

Neste sentido, Dias (1992: p. 43) sugere historicizar os conceitos, nuançá-los no tempo e relativizá-los no seu devir temporal, ou seja, “lidar com problemas teóricos de mudança, ruptura e descontinuidades históricas”. Libertar a mulher do limite do espaço doméstico tem sido a tônica dos estudos feministas. Portanto, se faz necessário ultrapassar as explicações redutoras ao binômio dominador/dominado e entender a diferença à luz de uma perspectiva que considere as práticas culturais, informando as representações sociais, uma vez que é a partir da cultura que cada sujeito (re)interpreta e consolida a realidade e constrói a identidade do grupo e a sua própria.

As mulheres de elite foram afastadas da vida pública pelo menos até a segunda metade do século XIX. Contudo, o fato de terem ocupado o âmbito da casa não significa que foram, por

isso, inferiores aos homens ou que não tiveram agência diante de suas próprias vidas. Cada vez mais, estudos com enfoque no cotidiano apontam-no como espaço de mudança e resistência ao processo de dominação. Segundo Dias (1992: p.51-52), ele define um

campo social de múltiplas interseções de fatores que contribuem decisivamente para transcender categorias e polaridades ideológicas. Interseções que aproximam e diluem um no outro conceito ideológicos estratégicos como o público e o privado, o biológico e o mental, a natureza e a cultura, a razão e as paixões, o sujeito e o objeto.

Observar o lugar que a mulher ocupou dentro da família ao longo da história nos ajuda a desvelar os papéis vivenciados por ela. Assim como as funções femininas foram, com o tempo, sendo transformadas, a instituição familiar, do mesmo modo, passou por alterações. Por isso, a própria família modificou sua visão sobre a mulher e, por conseguinte, a orientação a lhe dar, que dependia do que se esperava dela. Acompanhar essas mudanças, tanto dos papéis femininos quanto da família, nos ajuda a apreender o percurso trilhado pela mulher, que a levou da reclusão da casa à profissionalização. Foi, entretanto, um processo lento, pois as mentalidades são muito lentamente transformadas e nem sempre sem percalços.

A educação feminina, primeira grande mudança realizada na vida da mulher, que lhe daria conhecimento de sua condição, não foi conquistada sem dificuldades. Durante esta luta não deixou de haver vozes dissonantes resistentes à instrução feminina.¹ Aos poucos foi se modificando o comportamento da mulher e, por conseguinte, as expectativas da família e da sociedade diante dela. No século XIX, as casas continuavam fechadas às ruas, porém as mulheres, se bem que ainda se escondessem,

já tinham liberdade de, acompanhadas, frequentar igrejas, as festas religiosas, as procissões, as reuniões familiares, os teatros, as festas cívicas, sem falar nas raras vezes, em que o Presidente da Província

1 Sobre a educação e lazer femininos na Primeira República, ver: LEITE, 1997.

recebia, ou um cônsul de um país amigo oferecia uma festiva recepção. (NASCIMENTO, 2007: p. 37)

Pode-se afirmar que a sociabilidade, em particular, a feminina, foi incrementada com a chegada da Corte ao Brasil. Este acontecimento trouxe modificações aos espaços femininos, a começar pela aparência das casas, pois no ano seguinte apareceram algumas modificações nas rótulas e gelosias dos sobrados, símbolos da reclusão feminina. Esta decisão perpassava por um projeto formulado durante o Império de fundar uma civilização no Brasil, baseada no modelo europeu, que desembocou nos processos de urbanização e modernização. Este projeto civilizador atingiu primeiramente o Rio de Janeiro, ocorrendo tardiamente na província da Bahia.

A socialização feminina foi mais frequente na sede da Corte, ao passo que na Bahia tal processo não teria ocorrido, o que se depreende dos registros de alguns viajantes que registraram a pouca presença das mulheres em ocasiões públicas. Apesar do surgimento de novas oportunidades de lazer ainda demoraria um pouco para que elas passassem a visitar a rua com mais frequência. Neste momento tudo ainda acontecia sob o olhar vigilante do elemento masculino que acompanhava a mulher nas ruas.

Aliada à preocupação de civilizar a sociedade estava a de formar modelos femininos a serem seguidos pelas mulheres de elite. Também se pretendia dar ares europeizados a elas. Ao correr da segunda metade do século XIX, as baianas eram criticadas, quando comparadas às cariocas, por não saberem receber, cuidar do vestuário e por não aparecerem às ruas, o que na Corte já acontecia desde a década de 1820. Por isso, Reis (2000) considera que as damas baianas conservaram a cultura do desalinho e do acanhamento.

Uma nova imagem feminina precisava ser construída diante do projeto civilizador. A mulher foi alçada à categoria de rainha do lar graças aos positivistas e higienistas. Aliás, esta foi a imagem da mulher apresentada pela República, inspirada na filosofia comteana: a mulher-mãe. Foram ressaltadas suas características

biológicas para justificar sua tendência a se tornar mãe e, ao mesmo tempo, sua inferioridade em relação aos homens. Os papéis exercidos por homens e mulheres estariam, assim, bem delimitados, continuando ele a agir no mundo público e ela reservada ao privado. Neste contexto, entretanto, teve uma maior valorização de seu papel, em relação a épocas anteriores, o que pode ser entendido como uma compensação num momento em que se começava a colocar essa inferioridade em questão.

A valorização da função de mãe lhe deu uma posição de destaque no meio em que vivia. Da mesma forma que o exercício de atividades como a assistencialista ao impelir a mulher para a rua permitiu-lhe maior contato com o mundo público e com os homens da sociedade. Para isso também contribuíram as novas formas de lazer femininas surgidas no início do século XX. As festas, os passeios e compras na Rua Chile, neste período principal ponto comercial e cultural da cidade, e outras atividades ligadas ao lazer e ao trabalho permitiram a inserção da mulher na vida urbana.

Coube à imprensa feminina divulgar as novas ideias sobre o elemento feminino, que, em geral, referendava o domínio social e familiar do homem. A imagem da “nova” mulher divulgada por essa imprensa foi naturalizada e, inclusive, reproduzida por aquelas que participaram direta ou indiretamente da escrita desses periódicos, em especial, nos jornais femininos baianos. Entretanto, há que se registrar a existência de jornais para mulheres que se revoltaram com esta posição e tornaram-se feministas em suas causas, como aconteceu com o *A Família*, fundado em 1888, no Rio de Janeiro, por Josefina Álvares de Azevedo – onde ela defendeu o sufrágio e reivindicou a igualdade prometida pela República recém-implantada.

Neste contexto, portanto, de modernização e inclusão das mulheres na vida pública é que devemos situar o surgimento de uma imprensa para mulheres na Bahia. Apesar da mentalidade conservadora e paternalista baiana, resistente a qualquer inovação, seja no âmbito econômico ou cultural, que teimou em sobreviver, foram criadas as condições para o nascimento das publicações femininas, em virtude do ideal modernizador, que

havia sido proposto já no Império.

Buitoni (1981: p. 28-29) aponta duas direções da imprensa feminina no século XIX: uma tradicional, que restringia a mulher ao lar e enaltecia as virtudes domésticas, bem como as qualidades “femininas”; e, outra, progressista, a qual lutaria pelos direitos das mulheres, sobretudo pela educação. Os jornais femininos baianos parecem se adequar ao primeiro tipo, pois ali estava presente a força do patriarcado na sociedade baiana. Tal situação ajuda a explicar do mesmo modo o fato de que, na Bahia, diferente de outras províncias como o Rio de Janeiro, onde as mulheres já na segunda metade do século XIX já produziam jornais, só surgir esta iniciativa no raiar do século seguinte, em 1910, com a publicação da revista *A Paladina* por mulheres da elite baiana.

Conforme Almeida (1986: p. 15), “as relações de dominação, peculiares da ordem senhorial-escravocrata, vividas aqui com toda intensidade, também se estendiam ao campo do confronto homem/mulher, mantendo esta última alheia a, ou impotente para refletir acerca de, sua própria condição”. Contudo, não queremos reproduzir o “mito da mulher de elite ignorante e avessa a qualquer atividade intelectual” e, do mesmo modo, o “mito da casa enquanto espaço exclusivo e restrito aos afazeres e prendas domésticas ou no máximo, à administração do lar, assim como a ideia do exercício da autoridade incontestada do pater família.” (LEITE, 2005: p. 84).

O primeiro jornal brasileiro dedicado às mulheres foi o *Espelho Diamantino*, publicado no Rio de Janeiro, em 1827. Até então os jornais eram redigidos por homens, porém contavam com a participação de mulheres. Na Bahia, os primeiros jornais para as mulheres surgiram na segunda metade do século XIX e foram, igualmente, redigidos por homens, que vislumbravam conquistar este segmento como novo público leitor.

O primeiro periódico baiano que se auto-intitulou como dirigido ao sexo feminino foi *A Violeta*, que começou a circular por volta de 1852, mesmo ano em que elas estrearam no cenário da imprensa, enquanto editoras e redatoras, com a fundação, no Rio de Janeiro, do *Jornal das Senhoras*, dirigido inicialmente pela

argentina Joana Paula Manso de Noronha, depois, pela baiana Violante A. Ximenes de Bivar e Velasco. As baianas entraram no espaço da imprensa no início do século XX com *A Paladina*, em 1910. Estes jornais, de maneira geral, mantinham o mesmo formato: publicação de moda e literatura, cujo objetivo principal era o de entretê-las e, até certo ponto, informá-las.

Para as mulheres a imprensa trazia novas oportunidades de expressão e afirmação enquanto sujeitos autônomos. Ao formar opinião pública o jornalismo contribuiu não só para divulgar modelos que corroborassem com a chamada “condição feminina”, mas ainda permitiu que elas iniciassem o processo de questionamento do lugar que ocupavam na sociedade, embora o mais certo seja que a intenção fosse moldar comportamentos e não alertar essas mulheres para a posição inferior a que estavam relegadas na sociedade.

Assim, abriu-se a possibilidade para que iniciativas inovadoras avançassem. Em virtude disso a imprensa feminina encontrou espaço para se desenvolver, mesmo sob o olhar desconfiado dos homens. Deste modo, depreende-se que o surgimento de uma imprensa dedicada à mulher demonstra as preocupações com as condições de gênero nesta sociedade. Através de textos moralizadores, a imprensa dirigida às mulheres, na Bahia, buscava orientar seu comportamento, estabelecendo um padrão de conduta feminina, onde a moral e os princípios religiosos estivessem presentes.

A leitura destes periódicos tornou-se permitida, a partir do que podemos afirmar que a leitura constituiu-se numa experiência feminina, mesmo tendo em conta que a maioria delas fosse analfabeta até 1830; embora antes dessa década já existisse escolas para meninas em algumas províncias. A partir da segunda metade do século XIX esta situação começou a se transformar e as mulheres tornaram-se leitores em potencial.

Os redatores destes jornais estavam imbuídos de um encargo civilizador e veiculava um papel normatizador para a mulher nesta imprensa que concordava com os ideais daquela sociedade. Desta forma, utilizaram-se muitas vezes dos textos

e, em especial, dos folhetins², para construir um perfil feminino através das historietas que narravam. A reflexão a partir de sua leitura, cuja escrita trazia exemplos morais a serem seguidos, deixava implícito o comportamento do qual elas deveriam se desviar.

Segundo Telles (1997: p. 402-403), a cultura burguesa fundava-se em binarismos que idealizava homens e mulheres: pai/mãe; natureza/cultura; superior/inferior. O texto “A Mulher”, publicado no periódico *A Grinalda*, editado entre 1869 e 1870, em Cachoeira (BA), entre serve de exemplo para esse pensamento. Nele, o autor Julio Correia de Carvalho oscilava em apresentar o papel ora positivo, ora negativo da mulher ao refletir sobre a influência por ela exercida. A mulher estaria em todos os acontecimentos da humanidade, mesmo nos mais insignificantes, interferindo na vida do homem. Para Julio Carvalho

É de uma extensão incalculável, e de espantosa maravilha, a influencia, ora benéfica, ora perniciosa, que a mulher exerce sobre o genero humano: a civilização, o progresso, a gloria e a decadencia das nações e do homem estão encerrados em suas mãos. Agora como mãe, já como irmã, mais tarde como esposa, a mulher, sob estes diferentes predicados, orna a face da terra de magnificencias nunca vista: cobre de luto o universo inteiro; conduz o guerreiro ao campo de batalha; obriga o homem a empunhar o ferro assassino; eleva o humilde a desmedida altura: confunde o orgulhoso com a poeira, e, finalmente, faz a intelligencia realisar o intento o mais arrojado que é capaz de imaginar-se! (*A Grinalda*, Cachoeira, 1ª série, nº. 5, 4 de abril de 1869)

Percebe-se que os editores desses periódicos pretendiam informar e formar a mulher. Por isso, entendemos os jornais como discursos pedagógicos no sentido de instigar a produção de condutas femininas. Por outro lado, é preciso ressaltar mais um aspecto que se revestiu essa imprensa feminina: um espaço de discussão para elas. A repercussão que teve o artigo “A Glória

2 No início, Folhetim designava a parte inferior do jornal, que costumava trazer variedades como entretenimento. Com o tempo o rodapé do jornal passou a publicar romance seriado: o romance-folhetim, de grande aceitação popular. Broca (1979), explica que a interrupção do folhetim constituía um recurso de sensacionalismo, portanto um atrativo de leitores.

da Mulher”, de autoria desconhecida, publicado no periódico *Espelho das Bellas*,³ evidencia que as mulheres, até certo ponto e dentro dos parâmetros da época, tinham consciência do papel que ocupavam na sociedade. Neste artigo, o autor opunha a glória feminina à masculina, descrevendo a mulher como traiçoeira e preocupada somente com festas e salões. O texto provocou controvérsia entre as leitoras, algumas das quais se manifestaram por meio de cartas. Indignada, a leitora Sr^a. D. J. L. L. de M., que assinou somente com as iniciais, enviou sua resposta a este artigo, reclamando contra o “artiguito” que dizia ofender as mulheres, no qual dizia:

O artiguito a que me refiro, além de ofender vivamente a decência e a verdade, ainda torce às tontas a própria lógica, comparando o militar corajoso, o patriota verdadeiro [...] o magistrado probo e honrado com a mulher caprichosa, traiçoeira, orgulhosa, rara. [...] se quereis conhecer a preferência do homem sobre a mulher, colocai-os no mesmo nível; casai as Messalinas com os Neros; as Lucrecias com os Titos. (*Espelho das Bellas*. Maragogipe, serie I, nº. 6, 20 de janeiro, 1861)

Na réplica a leitora faz a mesma comparação opondo ao homem perverso, covarde e traiçoeiro à mulher donzela, modesta, mãe cuidadosa, esposa fiel e filha obediente e recatada. A defesa acalorada desta senhora, provavelmente a subscritora Sr^a D. Jacqueline Leopoldina Leticia de Meirelles, cujo nome aparece apregoado na lista de subscritores da primeira série do jornal, mesmo com a nobre intenção de defender seu sexo, não escapa aos preconceitos internalizados pelas próprias mulheres em voga na época. Os adjetivos usados para defendê-las acabaram por reforçar a imagem corrente da mulher nesta sociedade.

Portanto, este episódio mostra que “não podemos generalizar ao dizer que as mulheres eram inertes, reprodutoras de discursos dos homens da época.” (REIS, 2000: p. 56). Eventos deste tipo revelam, ainda, as tensões de gênero existentes numa sociedade que começava a respirar os ares de um novo tempo e aprendia a

3 “A Glória da mulher” In: *Espelho das Bellas*. Maragogipe, serie I, nº. 3, 9 de dezembro, 1860; e “Artigo da Sr^a. D. J.L.L. de M.” In: *Espelho das Bellas*. Maragogipe, serie I, nº. 6, 20 de janeiro, 1861.

conviver com a presença cada vez mais marcante da mulher no ambiente público.

Apesar disso, nos jornais femininos baianos, publicados da segunda metade do século XIX até a primeira década do XX, a defesa por direitos aparece de maneira ainda muito tímida; e, quando acontecia, era de maneira paradoxal, uma vez que, na maior parte das vezes, talvez como forma de se preservarem ou mesmo para serem ouvidas, as mulheres utilizavam do discurso masculino para atingir seus objetivos; o que só comprova as inúmeras contradições que marcaram o discurso presente na imprensa feminina.

O apelo religioso esteve presente nestas publicações, mesmo naquelas que não se definiam necessariamente como religiosas. Este aspecto é explicado pela influência que a Igreja Católica exerceu sobre as mentalidades desde os tempos coloniais. A sociedade brasileira, desde o início de sua formação, foi marcada pela intervenção do poder eclesiástico nas instâncias civis. O regime do padroado, iniciado na colônia, ligava a Igreja ao Estado através de uma aliança baseada num regime de concessões, permitindo que a Igreja Católica exercesse forte influência na sociedade, cuja mentalidade conservadora, amplamente difundida entre a população, passou a ser considerada como um entrave ao progresso do país.

Os padres, enquanto representantes da Igreja Católica, adentraram às casas atuando no importante papel de confessor. Além de dar as bênçãos religiosas, quando iam visitar as famílias, os eclesiásticos agiam de modo a estabilizar os papéis femininos. Desta maneira, sob o signo da religião, eles ajudaram a manter o elemento feminino sob controle, pois incutiram e legitimaram o ideal de submissão e renúncia. No Império, este papel foi sendo dividido, paulatinamente, com o médico que também foi às casas orientar as mulheres para o seu novo papel. Os médicos higienistas, responsáveis pelo processo de modernização, por um lado, libertaram a mulher do poder do *pater familias* e, por outro, a amarrou em novas formas de controle social. Como registrou Rocha-Coutinho (1994: p. 88-89),

os médicos foram os grandes aliados da família real no processo de

modernização por que passou o Rio de Janeiro da época e que tentou colocar o poder do Estado acima do poder que sempre deteve o senhor de terras no Brasil. Reforçando a tutela do Estado, os médicos contribuíram para a diminuição do poder do pater familias e, portanto, abriram para a mulher novas possibilidades de exercer o controle sobre os homens.

Em contrapartida, eles “reforçaram a inferioridade ‘natural’ feminina, através da mistificação da mulher-mãe. Principalmente a eles se deve a criação de uma nova forma de submissão das mulheres: a submissão por amor ao marido, aos filhos e ao lar.” (ROCHA-COUTINHO, 1994: p. 90). Baseados na ciência que afirmava a natureza inferior da mulher eles “passaram a defender a não participação da mulher na vida pública e a defini-la em sua relação com a família e a maternidade.” (Ibidem). Deste modo afirmou-se a categoria de rainha do lar e mãe.

Mesmo depois de instaurada a República e com ela a separação entre Igreja e Estado, as mentalidades estavam ainda muito impregnadas pelos valores da fé católica. Neste viés surgiu, em Salvador, o periódico *A Paladina do Lar*, no início do século XX, por iniciativa de mulheres da elite baiana justamente para defender o ideal católico. O surgimento desta revista está intimamente ligado ao movimento de renovação da Igreja Católica que, neste momento, lutava para conter a descristianização.

Neste sentido, *A Paladina do Lar* insere-se no contexto de recuperação dos fiéis e de luta contra os males que ameaçavam degenerar a família e a sociedade. Por isso, é constante nos textos da revista a defesa pela moral e costume católicos tão ameaçados neste período, assim como pedidos de apoio à imprensa católica. *A Paladina* alertava as leitoras contra os perigos da imprensa anticatólica, em que o aperfeiçoamento das máquinas fazia brotar dilúvios de tinta venenosa.

A colaboradora Judith no texto “Urgente appello” falava sobre esta pujante arma na luta entre as doutrinas boas e más, que se travava sob forças desiguais, tendo preponderância a propaganda contrária, destruidora dos bons princípios, cujo objetivo era a descristianização. Em defesa da ação católica, a autora citou as palavras do pontífice, nas quais aparece a visão

maniqueísta da imprensa e a força potente desta arma,

Ah! A imprensa! Ainda não se comprehende o seu alcance. Nem os seculares, nem o clero, della se occupam como devem. [...] não devemos esquecer que antigamente não estava tão disseminada a má imprensa e portanto o equilibrio entre esta e a boa imprensa não era então de uma necessidade tão absoluta como hoje. [...] Todas as boas obras, todos os esforços dos catholicos serão improficuos uma vez que não comprehendam utilizar-se ao mesmo tempo, como devem, da imprensa catholica como arma ofensiva. (Judith. "Urgente appello". *Paladina*. Bahia, anno I, n. 11, nov. 1910)

Reafirmando nossa hipótese de que essa imprensa funcionou como um discurso pedagógico, a própria revista se apresenta como um periódico dedicado a instruir moralmente as mães para melhor educarem seus filhos, futuros cidadãos da nação. Neste sentido, elas merecem atenção especial por serem as responsáveis por manter a harmonia dentro do lar que funciona como metáfora da pátria. De acordo com a revista a família seria como que uma pequena célula do Estado: todas as ações praticadas em um seriam correspondentes ao outro. Esteio central do cristianismo, a família figura, por assim dizer, no primeiro plano de ação da revista. Assim,

Restaurada a familia, está consequentemente restaurada a sociedade pela moral do Evangelho, pois a sociedade é um conjuncto de familias; e é na familia que se forma o futuro cidadão para a grande sociedade [...] Ai da Patria, ai da sociedade, si a primeira educação, a educação domestica for descurada ou formada em bases falsas!..

Grandes serão as ruinas no edificio social, si os cidadãos assim formados vierem a Constituil-o!... (Z.L. "Mães Christans". *A Paladina do Lar*. Bahia, anno VI, n. 1, jan. 1915)

Neste processo, pai e mãe exerceriam papéis específicos. A mãe guiada pelo coração agiria com carinho, benevolência e devotamento; o pai, por outro lado, orientando-se pela inteligência, atuaria ao lado da razão, da justiça e do direito; deste modo, segundo a revista, somente quando ambos se

encontrassem a meta seria atingida. Mais uma vez, o que se depreende desta leitura é a percepção da separação das esferas, coerente com as ideias da época: homem/razão; mulher/emoção. Podemos afirmar que, como fruto de seu tempo, *A Paladina do Lar* reproduziu tais noções que, de uma maneira ou de outra, contribuíram para reforçar os estereótipos antigos, se bem que, por vezes, também ajudou a questioná-los e reformulá-los ou mesmo construir novos.

Diante disso, as relações entre os gêneros eram bem demarcadas dentro desta sociedade. *A Paladina* depositou na mulher a responsabilidade pelo bem estar do Estado, uma vez que dela dependia a família e o futuro da pátria, bem como o progresso da humanidade. Desta maneira, a mulher fazia parte de uma rede, da qual ela era o elo principal e o mais responsável. Conferir à mulher esta responsabilidade era uma maneira de lhe valorizar, já que não ultrapassava as barreiras do lar e, quando ao máximo, chegava à Igreja ou às obras de caridade. Para esta sociedade, o “verdadeiro” e mais importante poder era exercido pelo homem, pois era ele quem cuidava da vida pública do país e geria o andamento da sociedade, além de decidir e velar por sua família.

Sobre as estratégias utilizadas pela mulher para atuar numa estrutura de poder doméstico masculino, Rocha-Coutinho (1994: p. 20-22) afirma que ela exerceu muito mais poder do que se costuma admitir. Adotando a visão foucaultiana do poder Rocha-Coutinho entende por estratégias de controle “as formas de um agente social levar uma pessoa a pensar, sentir ou agir de um modo que nem sempre partiria espontaneamente desta pessoa”. Para esta autora, uma vez que as mulheres estiveram, frequentemente, fora da posição de poder e autoridade “elas não fazem uso de estratégias sutis e manipuladoras para exercer o controle e influenciar aqueles à sua volta, como o marido e os filhos.” (Ibidem). Entretanto, a autora ressalta que

a utilização da palavra estratégias não nos deve levar a pensar que seu uso seja sempre consciente. Ao contrário, nem sempre quem faz uso delas tem plena consciência de que está tentando controlar o outro. Do mesmo modo, uma vez que estas estratégias são construídas com

base em nossas normas de interação social, a maior parte das vezes elas não são percebidas por quem está sendo controlado, a menos que suas experiências acerca de quem o está controlando sejam violadas. (ROCHA-COUTINHO, 1994: p. 142)

Em “Os dez mandamentos da mulher catholica” publicado pela revista revela de forma exemplar esse pensamento da autora. Segue transcrição de alguns deles:

1º Cuidado com a primeira briga, si a houver, procure acabal-a bem... E é do maior interesse que nella obtenha a victora. [...]

5º De vez em quando, não sempre, deixe a seu marido a ultima palavra, isto lhe agradará e não a prejudicará. [...]

7º Seja sempre delicada nas dissensões. Lembre-se de que admirava seu marido, quando era seu noivo, agora não o despreze.

8º De vez em quando, permitta-lhe que seja o mais sabio; conservará assim o seu valor proprio, ao passo que lhe trará vantagem confessar que não é infallivel.

9º Seja para seu marido uma amiga, sendo elle um homem prudente; si não o for, procure elevel-o como seu amigo, mas não condescenda com elle, no mal.

10º Estime a familia do seu marido principalmente a sua mãe, lembre-se que Ella o amou em primeiro lugar. (*A Paladina do Lar*. Bahia, anno VI, n.6, jun. 1915)

As atitudes indicadas nos mandamentos como ceder, agradar, fingir, transparecem-nos a ideia de “estratégias” como na acepção de Rocha-Coutinho (1994). Desta forma, elas exerceram o poder no domínio que foi sempre seu, a família, através de atitudes como “tornar dependentes dela o marido e os filhos, por trás de uma máscara de perfeição, solicitude, compreensão e retidão, doce e rígida.” (Idem: p. 142). Este pensamento enquadra-se numa maneira de interpretar a questão do poder feminino que afirma que a mulher não detém o poder, mas exerce poderes.

Bassanezi (1996: p. 332-335) informa que as mulheres são capazes de artimanhas e manobras para exercê-los frente aos homens e, além disso, possuem o controle do espaço doméstico, seu verdadeiro domínio. De acordo com esta autora, este modo

de pensar é mais

característico dos anos 80, quando as atenções se voltam para o cotidiano. A parcialidade de muitas leis, costumes e moral a favor dos homens não é negada. Entretanto, nessa perspectiva, os poderes femininos têm bastante peso no jogo de poderes definido a cada momento das relações cotidianas.

Essa interpretação é oposta àquela que segue os moldes das críticas feministas comuns dos anos 70, que afirma que o poder está nas mãos dos homens. Segundo esta abordagem, que privilegia o aspecto da manipulação e subordinação da mulher, a relação entre homens e mulheres é uma relação de dominação e subordinação, e os chamados poderes femininos, dentre eles o “jeitinho feminino” e a “rainha do lar”, são meras ilusões que não fazem mais que perpetuar a hegemonia masculina. (BASSANEZI, 1996: p. 332). Essa mesma autora lembra para não se exagerarmos na avaliação dos poderes da dona-de-casa, pois esta atitude poderia minimizar as relações sociais concretas que contextualizam estes poderes e estabelecem seus campos de ação; e, também, para o fato de que o “jeitinho feminino” e a figura da “rainha do lar” não só reproduz o sistema desigual, mas, por outro lado, ameaça e até contribui para subverter este mesmo sistema. Portanto, para a autora

determinações e contestações aos limites do sistema estão articuladas na construção, reprodução e possível reformulações destas relações. E, mesmo nestes casos, os relacionamentos entre homens e mulheres, além de um jogo de forças, podem envolver intimidade, dedicação, afeto, amor.... (BASSANEZI, 1996: p. 346)

Para orientar o comportamento das mulheres nesta fase de mudança das mentalidades a imprensa feminina procurou orientar sua leitura, ao propagar a boa leitura e condenar aquelas que consideravam como má influência. Os periódicos femininos baianos compartilharam deste pensamento e justificavam suas publicações para a instrução, educação e distração da mulher. Os editoras(es), entretanto, não deixaram de reafirmar a visão sobre

ela enquanto leitora, menos intelectualizada e reflexiva, além de ressaltar a imagem de um ser virtuoso, moralmente capaz de regenerar a sociedade, o que foi exemplificado pelos editoriais:

dedicado ao bello sexo, à mulher, em cujo coração reina a seiva dos mais grandiosos sentimentos [...] concorrendo, por sua vez, para a instrução e educação da mulher, convencendo-a de que na sociedade tem ella de representar os mais delicados e importantes papeis, o nosso modesto periódico despindo-se d'esses palavrões que são verdadeiros edificios de neve plantados sobre o ar, esforçar-se-há por deleitar as suas leitoras com bellas produções, que fallem mais à imaginação e ao coração do que ao entendimento. (*A Chrysalida*. Salvador, anno I, serie I, n.º. 1, 1879)

A prática da leitura, se bem que vigiada pelo olhar vigoroso dos homens e da sociedade, ainda era permitida se comparada à da escrita. Esta última era vista perigosamente, pois de posse do seu conhecimento as mulheres poderiam fugir ao “controle” e agir independente deles, como por exemplo, escrever aos seus amados planejando fugas amorosas, o que representava grande temor aos homens nesta época. (BICALHO, 2001: p. 81).

Numa época em que a vida da mulher era controlada, era natural que se tentasse controlar suas leituras, principalmente, aquelas consideradas imorais como os romances e folhetins que se espalharam neste período. Os folhetins foram a sensação jornalística da imprensa feminina. Gênero do romantismo por excelência o folhetim contribuiu para a expansão do público leitor, em especial, o feminino, e da própria imprensa para mulheres.

Pela influência que exerceu entre as mulheres o folhetim passou a ser visto duvidosamente por aqueles que controlavam as condutas femininas. Ao mesmo tempo em que foram usados para propagar mensagens moralizadoras às mulheres, por meio de histórias edificantes, podiam, por outro lado, pensava-se, corrompê-las.

A mulher poderia ler. Desde que fosse uma leitura pura e escolhida, diga-se, pelos homens, religiosos ou não, pois eles teriam o discernimento maior do que seria uma leitura sã.

Entretanto, a imprensa feminina não foi somente um discurso pedagógico para orientar comportamentos. Mesmo na Bahia, onde a participação da mulher ocorreu de forma ainda muito tímida, por conta dos fortes traços patriarcais, como vimos acima, ela representou ainda que indiretamente um caminho para sua emancipação. Primeiro como opção de leitura, porque se discutia suas questões, depois por permitir que escrevessem.

Escrever nesse contexto impôs algumas ressalvas. Tiveram que seguir as regras sociais, uma vez que não podiam, de imediato, ameaçar a ordem. Sua atuação no mundo público ainda era vista com receio. A função que lhes dispensou a sociedade – mãe e esposa – dificultava que elas próprias vencessem os preconceitos internalizados dentro si. Segundo Dantas (1995: p. 72), a estratégia utilizada foi o emprego de atitudes de avanços e recuos, para ela “essas mulheres mostram-se, muitas vezes, receosas e como que tentando salvaguardar e manter aquela parte que tradicionalmente lhes foi conferida na sociedade: o resguardo, o não confronto”.

Outra atitude adotada pelas mulheres foi manter uma postura de humildade “não apenas por reconhecimento de suas próprias limitações sociais, mas ainda talvez como estratégia para não representar uma ameaça, após ter podido assumir um espaço ainda não configurado como seguro e permanente.” (DANTAS, 1995: 77). Essa postura é até esperada, diante dos preconceitos internalizados por elas, pois como disse Rocha-Coutinho (1994: p. 142) “as normas que regem a interação social são naturalizadas, isto é, elas se apresentam com a aparência de evidências, passando despercebidas, exatamente, porque são consideradas como perfeitamente ‘naturais’”.

Um longo percurso foi trilhado até as mulheres baianas iniciarem o processo de emancipação. Durante o século XIX, muito se discutiu acerca de sua instrução e do lugar que deveriam ocupar na sociedade. Se antes a Igreja as condenava a aceitar o fardo de viverem reclusas para sua família, a partir do século seguinte os médicos higienistas, não os únicos, mas particularmente eles, acabaram por reforçar com base nas teorias científicas o privado como seu lugar por excelência.

A imprensa dirigida para mulheres ao divulgar e reproduzir as representações culturais da identidade feminina possibilitou, em contrapartida, a sua afirmação enquanto sujeito. Se o objetivo inicial era entreter, orientar comportamentos e, no máximo, dar vazão aos anseios literários femininos, no meio do caminho ela assumiu papel importante para chamar a atenção da mulher acerca de sua posição social. A partir das discussões das questões femininas, que assumiu tons de discurso político, as mulheres começaram a caminhar no sentido de sua emancipação.

Compreendemos estas publicações sob dois ângulos: primeiro, como discurso pedagógico, numa tentativa de moldar comportamentos femininos, ao cristalizar imagens femininas que passaram a ser as únicas aceitas na sociedade; e, depois, como um importante passo dado em direção à emancipação da mulher, ao possibilitar-lhe abrir os olhos às novas oportunidades de socialização e profissionalização. Esse foi, por assim dizer, um dos primeiros obstáculos a que tiveram de vencer para daí em diante alçarem voos mais altos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Amélia F de. *Feminismo na Bahia (1930-1950)*. Salvador: UFBA, 1986. (Dissertação de Mestrado em História)

BASSANEZI, Carla Beozzo. *Virando as páginas, revendo mulheres: revistas femininas e relações homem-mulher, 1945/1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. "O Bello Sexo: imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX". In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (orgs.). *Rebeldia e Submissão: estudos sobre a condição feminina*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Vértices, 1989.

BROCA, Brito. *Românticos, Pré-Românticos, Ultra-Românticos, vida literária e romantismo brasileiro*. São Paulo: Polis/INL/MEC, 1979, vol. I.

BUITONI, Dulcília. *Imprensa Feminina*. São Paulo: Ática, 1986.

_____. *Mulher de Papel: a representação da mulher pela imprensa feminina*

brasileira. São Paulo: Loyola, 1981.

DANTAS, Marluce de Oliveira. “Em busca da legitimação do discurso/estratégias para entra em cena”. In: SIQUEIRA, Elizabeth Angélica Santos et. al. *Um discurso feminino possível: pioneiras da Imprensa em Pernambuco (1830-1910)*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1995.

DIAS, Maria Odila da Silva. “Teoria e Método dos Estudos Feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano”. In: COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LEITE, Márcia Maria Barreiros. *Educação, Cultura e Lazer das Mulheres de Elite em Salvador, 1890-1930*. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997.

_____. *Entre a tinta e o papel: memórias de leituras e escritas femininas na Bahia (1870-1920)*. Salvador: Quarteto, 2005.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Dez freguesias da cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2007.

RAGO, Margareth. “As mulheres na historiografia brasileira”. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.

REIS, Adriana Dantas. *Cora: lições de comportamento feminino na Bahia do século XIX*. Salvador: CEB, 2000.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil para a análise histórica”. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, 16 (2): 5-22, jul./dez., 1992.

SOIHET, Rachel. “História das Mulheres”. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

TELLES, Norma. “Escritoras, escritas, escrituras”. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

VILLELA, Heloisa de O. “O Mestre-escola e a professora”. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira, FILHO, Luciano Mendes de Faria e VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.